INCÊNDIOS
INVESTIGAR E PUNIR

Diante de situação alarmante, a Polícia Federal abriu 31 inquéritos para investigar suspeitas de incêndios criminosos no país. Ao todo, 29 inquéritos são sobre ocorrências na Amazônia e no Pantanal

Fundação Perseu Abramo 27 de agosto de 2024 Nº 156

SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

Quer ajudar o povo do Rio Grande do Sul e combater notícias falsas?

Entre no grupo de Caçadores de FAKE NEWS

bit.ly/cacadoresfakenews

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Guto Alves,
Henrique Nunes e Nathalie Nascimento

CONTATOS
webmaster@fpabramo.org.br
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091
Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

Marcelo Camargo/Agência Brasil

GOVERNO REAGE A INCÊNDIOS

Lula indicou que participará da reunião desta semana da sala de situação, coordenada pela Casa Civil. Outras ações do governo federal para a prevenção e combate aos incêndios na Amazônia incluem a sanção em julho da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que será implementada em cooperação entre União, estados, municípios, sociedade civil e entidades privadas.

25 ANOS SEM DOM HELDER CÂMARA

No período inicial da ditadura, em 1964, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Grande defensor dos humilhados e ofendidos. Profundamente comprometido com os direitos humanos e crítico ferrenho da repressão, foi perseguido tenazmente pelo regime

Alberto Cantalice

Neste 27 de agosto de 2024, completa-se 25 anos do falecimento do Cardeal Dom Helder Câmara. Símbolo maior da chamada Teologia da Libertação, o Cardeal interpretou literalmente um dos cânones do cristianismo: a opção preferencial pelos pobres. Nascido em fevereiro de 1909, na Cidade de Fortaleza, faleceu aos 90 anos como Cardeal emérito da Diocese do Recife, em Pernambuco.

Um dos principais artífices da "Igreja dos Pobres", o líder católico teve e ainda tem grande influência em variados segmentos do catolicismo. É considerado um dos principais sacerdotes brasileiros no século 20. Desde o seu tempo como padre, esteve envolvido com questões sociais. Tendo na juventude flertado com o reacionarismo da Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado, logo se desiludiu e abandonou a AIB, dedicando-se integralmente às causas sociais.

No Rio de Janeiro, onde passou parte de seu período sacerdotal, fundou, em 1956, a Cruzada São Sebastião, um conjunto habitacional popular em um dos bairros mais elitizados do país. Empreendimento que perdura até os dias atuais.

Ainda na década de 1950 fundou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Sendo também membro fundador da Conferência Episcopal da América Latina, a CELAM. Delegado ao Concílio Vaticano II, organizou um manifesto com 40 assinaturas de próceres do clero em que "Juravam viver com simplicidade vidas, abandonando todos os sinais de riqueza, e colocando os mais pobres da sociedade no centro de seu ministério".

No período inicial da ditadura, em 1964, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Grande defensor dos humilhados e ofendidos. Profundamente comprometido com os direitos humanos e crítico ferrenho da repressão, foi perseguido tenazmente pelo regime. No dia 27/05/1969, o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, auxiliar de Dom Helder, foi sequestrado, torturado e assassinado na cidade do Recife. O crime bárbaro foi interpretado como uma forma de atingir e amedrontar o Cardeal. Ledo engano.

"Querem que eu me proteja. Querem que eu não ande só à noite, e que não durma só. Mas quem disse que eu ando só? Andam e dormem comigo o Pai, o Filho e o Espírito Santo", disse o cardeal na missa de corpo presente do padre Henrique.

O Cardeal frasista

Que o exemplo de Dom Helder permaneça e frutifique. Que seu exemplo ajude a memória do povo a romper com o reacionarismo e o individualismo. Atitudes vis que destroem o tecido social no Brasil e no mundo. A seguir, duas de suas emblemáticas citações que nos inspiram:

"Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista".

"Carnaval é a alegria popular. Direi mesmo, uma das raras alegrias que ainda sobram para a minha gente querida. Peca-se muito no carnaval? Não sei o que pesa mais diante de Deus: se excessos, aqui e ali cometidos por foliões, ou farisaísmo e falta de caridade por parte de quem se julga melhor e mais santo por não brincar o carnaval! Brinque, meu povo querido! Minha gente queridíssima. É verdade que quarta-feira a luta recomeça. Mas ao menos se pôs um pouco de sonho na realidade dura da vida".

Marcelo Camargo Agência Brasil

INCÊNDIOS: GOVERNO PREPARA AÇÕES DE RESPOSTA E PEDE INVESTIGAÇÃO RÍGIDA

"Não conseguiram detectar nenhum incêndio causado por raios. Isso significa que tem gente colocando fogo na Amazônia, no Pantanal e sobretudo no estado de São Paulo", disse Lula. Segundo o secretário nacional da Defesa Civil, no caso alarmante de São Paulo, ação humana causou "99,9%" dos incêndios. Outros estados, como Minas Gerais e Paraná também enfrentam situações de calamidade

Redação Focus Brasil

Marcelo Camargo/Agência Brasil

No início do mês, em cerca de 24h, em 06/8, o fogo consumiu 100 mil hectares no Pantanal

Desde o último domingo (25), mais um evento climático tem causado terror a brasileiros: uma onda de incêndios com indícios de origens criminosas assustou o país e tomou conta do céu de parte do Brasil. As imagens chocam – e com razão: os incêndios podem agravar os efeitos da crise climática e ameaçar biomas brasileiros de diferentes regiões.

O estado de São Paulo acumula números que assustam: nos últimos dias, mais de 3 mil focos de incêndio - um recorde. Sob suspeita de ação intencional, o número é dez vezes maior que o mesmo período no ano anterior e está no centro das investigações – 5 pessoas já foram presas pela Polícia Federal com suspeita de envolvimento.

O fogo, no entanto, atinge diversas regiões do país, e preocupa autoridades federais. Governo alerta para "novo dia do Fogo", com fala da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente. O Planalto emitiu nota também informando que o Governo Federal já apura os eventos e "pede investigações sobre incêndios e garante apoio aos estados no combate ao fogo".

O presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra Marina Silva participaram de reunião no Prevfogo/Ibama no último dia 25, em emergência. A PF anunciou que já abriu 31 inquéritos para investigar possíveis ações criminosas.

"Não conseguiram detectar nenhum incêndio causado por raios. Isso significa que tem gente colocando fogo na Amazônia, no Pantanal e sobretudo no estado de São Paulo", disse Lula durante apresentação na sala de monitoramento do Prevfogo.

O estado de São Paulo registrou 2.191 focos de calor em 48 horas, que correspondem a cerca de 42% dos focos no estado em 2024. Ao todo, 46 municípios paulistas estão em alerta máximo para incêndios.

"Em São Paulo não é natural em hipótese alguma que em poucos dias tenha tantas frentes de incêndio envolvendo simultaneamente vários municípios", declarou Marina em entrevista coletiva após a reunião.

A ministra destacou que os esforços federais estão mobilizados para combater os incêndios e punir ações criminosas relacionadas ao uso do fogo:

"É preciso parar de atear fogo. Mesmo colocando tudo que está à disposição dos governos estaduais e municipais, dos esforços privados e do governo federal, se não parar de colocar fogo em um período de temperatura alta, baixa umidade relativa do ar e ventos que vão até 70 km/h, não há como conter o fogo. Ações criminosas serão punidas com todo o rigor que a lei oferece", afirmou Marina.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou que 15 delegacias no interior paulista e a superintendência regional da PF no estado foram mobilizadas para as investigações. Destacou também que já foram abertos outros 29 inquéritos relacionados aos incêndios na Amazônia e no Pantanal:

"É um movimento atípico, mas as conclusões só virão com a conclusão dos inquéritos", disse Rodrigues.

Com a retomada da governança ambiental desde 2023, Ibama e ICMBio atuam com mais de 3 mil brigadistas no país, incluindo 1.468 na Amazônia, onde a mudança do clima intensifica a pior seca em pelo menos 40 anos.

Na quarta-feira (21/8), após reunião com governadores da região amazônica, o governo federal anunciou a criação de três bases interfederativas para aumentar a cooperação entre União e estados no combate aos incêndios no bioma. Os representantes federais e estaduais concordaram também em intensificar ações de fiscalização em regiões críticas nos eixos da BR-319, da BR-230 e da BR-163.

"Se não tivéssemos reduzi-

Ricardo Stuckert / PR

Lula durante visita à Prevfogo, na sede do Ibama, ao lado de Marina Silva, em Brasília

do o desmatamento em 45,7% de agosto de 2023 a julho deste ano, estaria uma situação incomparavelmente mais difícil", disse Marina referindo-se a dados da área sob alertas de desmatamento medidos pelo sistema Deter, do Inpe.

As condições climáticas também anteciparam em dois meses a temporada de incêndios no Pantanal. Segundo boletim semanal da sala de situação criada em junho para coordenar as ações federais de prevenção e combate aos incêndios, há 959 profissionais do governo federal em campo na região, apoiados por 18 aeronaves.

Em São Paulo, o governo federal apoia o combate e o monitoramento de áreas atingidas com seis aeronaves, entre elas um avião KC-390 com sistema para lançamento de água. Cerca de 400 militares atuam na região.

Prevenção e combate

Lula indicou que participará da reunião desta semana da sala de situação, coordenada pela Casa Civil. Os governadores dos estados atingidos pelo fogo também serão convidados, disse o presidente.

Outras ações do governo federal para a prevenção e combate aos incêndios na Amazônia incluem a sanção em julho da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que será implementada em cooperação entre União, estados, municípios, sociedade civil e entidades privadas.

A política proíbe o uso do fogo para desmatamento ou supressão da vegetação nativa, exceto quando há queima controlada dos resíduos de vegetação. Para práticas agropecuárias, o uso será permitido apenas em situações específicas, e os proprietários poderão ser responsabilizados em caso de incêndio.

O governo federal também aprovou R$ 293 milhões em recursos do Fundo Amazônia para Corpos de Bombeiros dos estados amazônicos. Já o Programa União com Municípios, destinará R$ 780 milhões para ações de combate ao desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia.

PF abre 31 inquéritos

A Polícia Federal abriu 31 inquéritos para investigar suspeitas de incêndios criminosos no país.

Ao todo, 29 inquéritos são sobre ocorrências na Amazônia e no Pantanal. Outras duas investigações envolvem São Paulo, que tem 48 municípios em alerta máximo de queimadas.

Duas pessoas foram presas neste fim de semana por atear fogo em áreas de mata de Batatais e São José do Rio Preto. O estado concentrou, entre sexta e sábado, mais de 30% dos focos de calor do Brasil, com quase 2.200 registros.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou que 15 delegacias no interior paulista e a superintendência regional da PF no estado participam das investigações.

Segundo o governo, mais de 3 mil brigadistas atuam no combate ao fogo no país, cerca de 1.500 na Amazônia, que enfrenta a pior seca em 40 anos.

Estranheza

Durante a coletiva de imprensa, o diretor de Controle do Desmatamento e Queimadas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Raoni Rajão, classificou os incêndios registrados ao longo do fim de semana no estado de São Paulo como "situação anômala". "No momento, não temos todas as informações. As investigações estão avançando".

"O que causa estranheza é o aumento repentino [de focos] em áreas relativamente distantes umas das outras", disse, ao citar que alguns municípios atingidos chegam a estar a dezenas ou mesmo centenas de quilômetros distantes uns dos outros. Ainda segundo Raoni, as áreas atingidas pelo fogo concentram lavouras de cana. "Não faria sentido que, naquelas áreas, [os focos de incêndio] fossem utilizados para o manejo da cana".

"São todos elementos que estamos investigando. As dinâmicas são muito diferentes de local para local", destacou. "A produção agrícola perde com o fogo, ela não ganha com o fogo", disse, ao lembrar que também não houve registros de raios e relâmpagos no momento em que os focos começaram, nem mesmo de acidentes com torres de alta tensão que pudessem dar início ao fogo.

Defesa civil confirma suspeitas

O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff, disse nesta segunda-feira (26) que 99,9% dos incêndios registrados no estado de São Paulo ao longo do fim de semana foram causados por "ação humana". Segundo ele, pelo menos 31 inquéritos já foram abertos junto à Polícia Federal (PF) para investigar possíveis incêndios criminosos na região.

Em coletiva de imprensa, o secretário destacou que a corporação vai utilizar imagens de satélite que possam auxiliar na identificação de como se deu o início dos focos. "Quando a Polícia Federal acha que há alguma coisa de provocação humana, esse inquérito é aberto e o processo corre", explicou. "Quem vai decidir [o resultado de cada inquérito] é a investigação", disse.

Wolnei classificou como motivo de "surpresa" o fato de praticamente 50 municípios paulistas registrarem focos de incêndio de forma concomitante. O secretário citou ainda outros dois fatores que acabaram por contribuir para o cenário registrado no fim de semana: a ausência de chuvas no estado até o sábado (24) e ventos que chegaram a 70 quilômetros por hora.

CBM/MG

Incêndios atingem milhares de hectares em parques de Minas Gerais

Diretor-geral da PF vê punição branda

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, disse ao G1 na manhã desta terça-feira (27), no contexto das investigações dos incêndios que têm atingido o interior de São Paulo nos últimos dias. Andrei enfatizou a necessidade de revisar a legislação para garantir que pessoas responsáveis por incêndios criminosos permaneçam presas e não voltem a cometer os mesmos crimes.

"Essa questão da legislação branda, eu diria, é uma realidade, talvez, global, de nós ainda não termos nas legislações de diversos países a penalidade que seja correspondente à gravidade do dano que é causado. Vejam que aquilo que poderia parecer 'apenas' um fogo em um canavial se tornou um grave problema nacional, afetando aeroportos, rodovias, a saúde das pessoas, o setor produtivo e a economia do país", afirmou ao G1.

Referindo-se ao crime de incêndio, cuja pena máxima é de 4 anos, o diretor-geral da PF sugeriu que o tema seja revisado no Congresso Nacional. "Precisa ser revisitado, rediscutido e, então, definidas punições, ferramentas e mecanismos para as polícias judiciárias poderem atuar com mais firmeza e mais rigor", disse ele. O diretor-geral da PF também mencionou que as atuais punições para crimes ambientais dificultam o combate a esse tipo de delito.

Reprodução MST

MST RESPONDE FAKE NEWS SOBRE QUEIMADAS E REAFIRMA LUTA POR UM CAMPO MAIS JUSTO E SUSTENTÁVEL

Diante das evidências que os incêndios têm sido provocados de maneira criminosa por pessoas ligadas ao agronegócio, os parlamentares que representam o setor andam espalhando uma série de fake news absurdas. Algumas com montagens amadoras em que o mapa em chamas do país formam a letra L - numa tosca associação ao presidente Lula.

Henrique Nunes

Como se não bastasse as propostas absurdas como a do deputado Giovani Cherini (PL-RS) que quer provar a suposta "farsa do aquecimento global", a bancada ruralista voltou a atacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na tentativa de desviar o foco para as queimadas que ocorrem em todo o país.

Diante das evidências que os incêndios têm sido provocados de maneira criminosa por pessoas ligadas ao agronegócio, os parlamentares que representam o setor andam espalhando uma série de fake news absurdas. Algumas com montagens amadoras em que o mapa em chamas do país formam a letra L - numa tosca associação ao presidente Lula.

A resposta do MST, divulgada antes que a mentira se alastrasse ainda mais,não só rebate as acusações como é enfática ao reafirmar: "As queimadas que atingem diretamente o bioma Mata Atlântica, bem como as que ocorreram no Pantanal e na Amazônia (...), são sintomas anunciados do desequilíbrio ambiental e da crise climática criados no âmbito do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo".

Mais do que rebater as fake news, o movimento ainda lembrou o trabalho que tem feito ao longo das últimas quatro décadas em defesa do meio ambiente. "O MST reafirma seu compromisso com um projeto popular de uso e ocupação da terra, que propõe uma Reforma Agrária Popular voltada para a agroecologia. Este modelo busca destinar latifúndios improdutivos e áreas que cometem crimes ambientais para trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, promovendo uma relação sustentável com a natureza."

Marcelo Camargo/Agência Brasil

DEFESA DO MEIO AMBIENTE: UM DEVER DE TODA A SOCIEDADE

É de fundamental importância o alinhamento das ações de proteção ambiental no âmbito dos Três Poderes, decidido dia 21/8, quando os chefes dos Três Poderes da República assinaram o Pacto do Estado Brasileiro sobre Transformação Ecológica

Odair Cunha

Vivemos dias alarmantes. Cinco dos seis biomas brasileiros ardem em chamas, provocando enorme perda de biodiversidade, a morte de milhares de animais silvestres e a exposição de milhões de pessoas à fumaça e à fuligem e, consequentemente, a sérios problemas de saúde. É uma situação dramática que evidencia a necessidade de uma ação conjunta – e urgente – de toda a sociedade em defesa do meio ambiente, num momento em que a ameaça das mudanças climáticas está cada dia mais nítida.

Por isso, é de fundamental importância o alinhamento das ações de proteção ambiental no âmbito dos Três Poderes, decidido dia 21/8, quando os chefes dos Três Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – assinaram o Pacto do Estado Brasileiro sobre Transformação Ecológica.

O evento reuniu, no Palácio do Planalto, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco; da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, além de outras autoridades.

As ações previstas no pacto estão divididas em três eixos: ordenamento territorial e fundiário; transição energética; e desenvolvimento sustentável com justiça social, ambiental e climática. Ao todo, o documento enumera 26 medidas e a previsão de instalação de um comitê gestor conjunto, que será responsável pelo acompanhamento da implementação de cada uma das ações. O objetivo é que os Poderes atuem de forma integrada, dentro de suas respectivas competências.

Iniciativa inédita, o pacto inclui ações para mudar os paradigmas econômicos, tecnológicos, sociais e culturais do país. O objetivo é alcançar a promoção do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade ecológica, a proteção dos direitos de crianças e das futuras gerações, a resiliência a eventos extremos e justiça social, ambiental e climática.

O presidente Lula lembrou que a iniciativa simboliza a determinação de cada pessoa com os maiores desafios da atualidade, "com a profundidade e a urgência que a crise climática exige". A união em torno de uma agenda comum também marca a "força e a maturidade" da "democracia brasileira" e mostra claramente que o Brasil voltou à normalidade civilizatória, como destacou Lula.

Demonstrou-se que, no âmbito dos Três Poderes, foi superado o negacionismo climático do governo militarista passado, embora haja ainda, na sociedade, setores que se recusam a ver a realidade e a ameaça real que paira sobre todo o planeta. O modelo econômico atual e o desprezo à natureza nos têm levado a uma situação extremamente inquietante.

O governo Lula já mostrou sensibilidade com o tema e pôs fim a um verdadeiro pesadelo ambiental vivido pelo país no governo anterior, que transformou o Brasil em um pária mundial nesta e em outras áreas. Só uns exemplos de avanços: o desmatamento geral na Amazônia registrou uma queda de 62% em 2023, na comparação com o ano anterior; retomou-se o Fundo Amazônia, com a captação de novos recursos junto à comunidade internacional, totalizando hoje cerca de 4 bilhões de reais; fortaleceu-se a gestão ambiental, com ampliação das ações de fiscalização.

O Brasil, com Lula, foi escolhido como sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, também chamada de COP 30, em Belém.

Mas precisamos avançar. É urgente uma ação conjunta da sociedade para evitarmos problemas como o das queimadas que assolam o território nacional. Hoje, a questão ambiental é fundamental. É premente um chamamento à responsabilidade dos humanos, para que não seja destruída nossa casa comum e de outros seres, que é o planeta Terra.

Lamentavelmente, há partidos e parlamentares que, na área ambiental, têm agenda extremamente atrasada. Só vamos avançar no enfrentamento ao problema com a conscientização de todos os setores, inclusive as forças políticas, sobre a dramaticidade da situação climática e ambiental, incluindo a questão do fogo em nossos biomas. É crucial uma profunda revisão de iniciativas e posicionamentos de certos segmentos políticos, cujos projetos são frontalmente contrários ao meio ambiente.

Temos o dever de aprovar leis que promovam ações integradas de planejamento, fortalecimento e, por que não, aprimoramento da legislação ambiental. A bancada do PT tem projetos nesse sentido, para contribuir com a luta em defesa da natureza e da qualidade de vida de todo o povo brasileiro.

(*) *Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados*

Rafa Neddemeyer

EVENTOS CLIMÁTICOS: QUAL O PAPEL DAS PREFEITURAS PARA TORNAR AS CIDADES MAIS PREPARADAS?

Levantamento aponta que a maior parte dos municípios brasileiros está em situação de vulnerabilidade para desastres do clima

Claudia Rocha

Com o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas, a preocupação em debater medidas de prevenção é maior – o que não significa dizer que já existe clareza sobre quais as responsabilidades diante do tema nas diferentes esferas de poder.

Dados compilados pela Agência Pública a partir da plataforma AdaptaBrasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, apontam que uma em cada três cidades brasileiras apresentam risco de impacto alto ou muito alto para desastres como deslizamentos de terra, inundações, enxurradas e alagamentos. São 1.641 dos 5.570 municípios.

Além do número elevado, por si só, há o agravante de que a parcela representa o local de moradia de 50% da população do país. Na contabilização das cidades que apresentam a modalidade de riscos graves tanto para deslizamentos como para inundações, estão 907 municípios; capitais como Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Natal, Maceió, Macapá e Manaus são alguns exemplos.

Com esse panorama, o papel da gestão municipal fica bastante evidenciado, principalmente, porque é na cidade que as pessoas vivem e os atendimentos de emergências ocorrem. Mas, o assunto ainda segue pouco explorado nas campanhas eleitorais deste ano, por exemplo.

Para Tiago Ciarallo, mestre em Políticas Públicas e Economia Internacional, que atua como assessor para Transformação Ecológica no Senado Federal, apenas vontade política não basta para que o tema ganhe destaque, é necessário também que os recursos cheguem aos municípios e que haja conhecimento técnico para lidar com o assunto, além do envolvimento da popu-

lação neste contexto.

"Eu não consigo ver um prefeito sozinho com sua Câmara Municipal sendo um ator único nesse processo, a gente precisa construir aqui no Brasil uma ampla rede de participação com a sociedade civil", opina Ciarallo.

O que cabe ao município

Apesar da importância da destinação de recursos, é possível pensar em uma gestão destinada às boas práticas adaptativas sobre mudanças climáticas. "É preciso que as medidas estejam alinhadas no Plano Diretor, isso precisa ser disputado, esse é um dos desafios. A gente pode falar ao mesmo tempo das construções das casas, das estruturas de vias quando o assunto são as enchentes, quais são as estruturas esponja que a gente vai colocar ou como a gente consegue evitar o espalhamento de áreas concretadas", explica o assessor parlamentar.

Ações municipais como a canalização de rios, a falta de fiscalização sobre as ocupações em locais de risco e a redução das áreas verdes fazem parte do pacote sobre os cuidados que os prefeitos devem tomar. Além disso, a gestão da mobilidade urbana (com a possibilidade de transformar frotas de ônibus menos poluentes) e os cuidados com o direcionamento correto dos resíduos sólidos também estão na jurisdição das prefeituras.

A partir das desigualdades territoriais e sociais que existem dentro de uma cidade é possível observar bairros sendo afetados de maneiras diferentes em um mesmo contexto de chuvas. Tiago Ciarallo lembra do conceito de racismo ambiental e destaca o trabalho positivo da Secretaria Nacional de Periferias, do Ministério das Cidades, liderada por Guilherme Simões, na destinação de recursos relevantes com foco em gerenciar o problema nas áreas de encostas.

O município de São Sebastião

Rovena Rosa/Agência Brasil

Resiliência e sistemas de alertas

O levantamento a partir dos dados da AdaptaBrasil trouxe a informação preocupante de que 66% do total de municípios do Brasil (3.679) possuem uma capacidade adaptativa baixa ou muito baixa para deslizamentos de terra e uma situação semelhante para enxurradas (3.739).

O que quer dizer que a maior parte das cidades brasileiras ainda não são resilientes às alterações climáticas. O conceito de resiliência climática significa a capacidade de indivíduos, comunidades e sistemas socioeconômicos e ambientais se adaptarem, recuperarem e transformarem perante as mudanças climáticas.

Outro ponto a ser debatido é a falta de preparo em casos de desastres, pois apenas 1.072 municípios (19%) possuem ferramentas como sistemas de alerta antecipado para avisar a população em caso de deslizamentos de terra; somente 1.178 cidades operam algum tipo alerta relacionado a inundações.

Pacto pela Transformação Ecológica

"Nós transformamos a natureza em dinheiro e agora temos que transformar dinheiro e, restauração e preservação da natureza se quisermos continuar vivendo", aponta a ministra do Meio Ambiente. Marina Silva coordena os trabalhos do Plano Clima, que é um guia da política climática brasileira até 2035.

Segundo a pasta, ele terá dois pilares. O primeiro é a Estratégia Nacional de Mitigação, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o segundo é a Estratégia Nacional de Adaptação, para diminuir a vulnerabilidade de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima e garantir melhores condições de o país enfrentar os eventos climáticos extremos. Os componentes de mitigação e adaptação também terão planos setoriais.

Na última quinta-feira (22), em cerimônia no Palácio do Planalto, os presidentes do Três Poderes assinaram o Pacto Pela Transformação Ecológica, um acordo para que Legislativo, Executivo e Judiciário atuem de forma integrada na promoção do desenvolvimento sustentável no país.

Tiago Ciarallo acompanhou os trabalhos no Senado e afirma ter como expectativa uma cooperação para que seja possível avançar. "Esperamos uma cooperação que se espalhe pelos três poderes, agora temos um ambiente de governança para pensarmos como a gente aterriza essas políticas fora das lógicas de grupos de poder", diz o pesquisador em políticas públicas.

Agência Brasil

EFEITO LULA: BRASIL É REFERÊNCIA MUNDIAL EM ENERGIA LIMPA

País tem maior participação de fontes renováveis na produção de eletricidade entre participantes do G20

Henrique Nunes

A confirmação do Brasil como referência mundial no uso de energias renováveis divulgada na última semana bombou nas redes sociais. A informação foi divulgada pela própria organização do G20, Fórum de cooperação econômica internacional que reúne algumas das maiores economias do mundo.

Segundo página oficial do Grupo, o Brasil é o país do G20 com maior participação de fontes renováveis na produção de eletricidade, com 89% de sua energia elétrica de 2023 vindo de usinas hidrelétricas (60%), energia solar e eólica (21%) e bioenergia (8%)

Os brasileiros celebraram com a tag #EfeitoLula e viralizaram a informação na rede social X, de Ellon Musk, que promovia ao mesmo tempo mais um ataque à democracia brasileira.

Diferentes fontes de energia

O bom posicionamento do país se deve à grande rede hidrelétrica e à rápida expansão da energia solar e eólica, fatores que se alinham ao compromisso do governo Lula com a transição energética e com a proteção do Meio Ambiente - dois temas abandonados durante o governo de Jair Bolsonaro.

Ano passado, durante apresentação do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Lula deixou claro sua intenção de tornar o país a maior potência em energia limpa do mundo. "O que nós queremos é mudar a matriz energética des-

Ricardo Stuckert

te país. Se o mundo acha que é possível fazer essa transição, o Brasil será o país com o maior potencial de fazer essa transição, fazer 100% de energia limpa e, se possível, muito mais energia verde do que qualquer outro país", discursou o presidente.

As boas notícias coincidem com o fato de o país ser o atual presidente do G20. Tal condição coloca o país como responsável por "liderar discussões em uma série de temas cruciais para o futuro da sociedade global: comércio e investimentos, transformações digitais, finanças e infraestrutura, segurança alimentar e nutricional e, principalmente, mudanças climáticas e transição energética", ainda segundo comunicado da organização.

O papel do Novo PAC

O Novo PAC estipulou um investimento de 417,5 bilhões de reais (cerca de 82 bilhões de dólares) em ações de transição energética de 2023 a 2026, período no qual também estão previstos gastos de 20,9 bilhões de reais (cerca de 4,1 bilhões de dólares) no desenvolvimento de combustíveis de baixo carbono.

O governo brasileiro também encaminhou ao Congresso Nacional do país um pacote de medidas para o setor energético. O "E30", por exemplo, altera o percentual máximo de etanol à gasolina, passando de 27% para 30% e inclui ainda a regulamentação da atividade de captura e estocagem de carbono. Destaca-se também o Plano Inova Energia, que consiste em uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro (BNDES) para fomentar o desenvolvimento tecnológico de cadeias produtivas de energias renováveis como a solar e a eólica.

A conquista vai além das fronteiras do país. No âmbito internacional, o Brasil construiu, juntamente com a Índia e os Estados Unidos, a Aliança Global para Biocombustíveis, visando expandir o consumo dessa fonte energética a partir da consolidação de um mercado global.

COLDPLAY ACEITA CONVITE DE LULA E FAZ SHOW DE ABERTURA NO G20

O evento acontece em novembro de 2025. Governo do estado estaria em negociação com a banda desde o ano passado

A banda britânica está confirmada para a abertura da 30ª Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que será realizada em Belém, em novembro de 2025. O vocalista se encontrou com o presidente Lula em sua última passagem pelo Brasil, e o Governo do estado estaria em negociação com a banda desde o ano passado, segundo o jornal O Liberal.

O evento acontece em novembro de 2025. De acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é esperado um fluxo de mais de 40 mil visitantes durante os principais dias da Conferência. Deste total, aproximadamente 7 mil compõem a chamada "família COP", formada pelas equipes da ONU e delegações de países membros.

Para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a COP 30 será diferente de todas as outras. "Uma coisa é discutir a Amazônia no Egito; outra coisa é discutir a Amazônia em Berlim; outra coisa é discutir a Amazônia em Paris. Agora, não. Agora nós vamos discutir a importância da Amazônia dentro da Amazônia. Nós vamos discutir a questão indígenas, vendo os indígenas. Nós vamos discutir a questão dos povos ribeirinhos, vendo os povos ribeirinhos e vendo como eles vivem", sentenciou o presidente, em notícia divulgada pelo portal do Governo Federal.

MEC ELABORARÁ PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO AO RACISMO NAS ESCOLAS

Especialistas irão participar da construção de normas para o enfrentamento à discriminação racial na educação básica e no ensino superior. Edital que selecionará propostas de ações tem inscrições abertas até 5/9

Sumaia Vilela/Agência Brasil

O Ministério da Educação (MEC) irá elaborar protocolos de prevenção e resposta ao racismo em todas as etapas da educação básica e no ensino superior. A medida faz parte da implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq) e conta com a expertise de educadores e pesquisadores especialistas em estudos raciais.

Para isso, o MEC abriu uma seleção pública em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que irá selecionar cinco consultores (um para cada etapa de ensino) para construção de protocolos a serem seguidos pelas instituições de ensino em situações de racismo. As inscrições seguem abertas até 5 de setembro para submissão de currículos e propostas preliminares.

As propostas preliminares deverão estar apoiadas em: marcos normativos que alicerçam a educação das relações étnico-raciais no Brasil; evidências científicas produzidas em torno da temática; rigor metodológico no desenho dos protocolos, incluindo evidências de validação do instrumento; boas práticas referentes a recomendações objetivas e claras para prevenção a eventos racistas no âmbito escolar e universitário, bem como os modos de agir em cada caso.

Bem-estar emocional e psicológico

O racismo pode ter um impacto profundo no bem-estar emocional e psicológico dos estudantes, afetando diretamente a qualidade de sua experiência educacional. Para garantir que todos os brasileiros tenham direito a um ambiente de aprendizagem inclusivo e seguro, é preciso criar ferramentas educacionais que promovam a equidade racial e ações de pedagogia e de gestão antirracistas. Essas ações cumprem os valores e normativos dispostos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-indígena brasileiras nas escolas.

Equidade

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola tem por objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. O público-alvo é formado por gestores, professores, funcionários, alunos, abrangendo toda a comunidade escolar.

Marcelo Casall jr/Agência Brasil

SEM SAUDADES: APÓS SETE ANOS DA REFORMA TRABALHISTA, 70% DOS TRABALHADORES INFORMAIS QUEREM CARTEIRA ASSINADA

Pesquisa da FGV revela descontentamento de trabalhadores autônomos e informais, maioria quer de volta a carteira assinada

Redação Focus Brasil

A ¨flexibilização do contrato de trabalho¨, sancionada e apoiada pelo ex-presidente Michel Temer em 2017, não entregou o que prometia - ou melhor, só entregou o que prometia: arrocho para o povo e benefícios para o empresariado. Após sete anos da Reforma Trabalhista, 70% dos trabalhadores informais querem a segurança da carteira assinada.

Estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV-Ibre) revelou que entre os trabalhadores informais que ganham até um salário mínimo (R$ 1.412), 75,6% preferem ter um emprego formal. Para aqueles que recebem entre um e três salários mínimos, esse índice chega a 70,8%, enquanto diminui para 54,6% entre os informais com rendimentos superiores a três salários mínimos.

Sob a desculpa de que seria ¨melhor você arrumar trabalho flexível do que não ter emprego¨, essa herança do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff beneficiou fortemente as empresas, pois a consequência da terceirização que aconteceu a seguir foi o enfraquecimento dos sindicatos, menor acesso à justiça, e a possibilidade de negociação direta entre patrões e funcionários.

As mudanças trouxeram insegurança financeira para os trabalhadores informais. Apenas 45% conseguem prever sua renda para os próximos seis meses, enquanto essa capacidade de previsão sobe para 67,5% entre os empregados com carteira assinada. Com cerca de 44% dos trabalhadores ganhando até um salário mínimo, a pesquisa apontou que os salários dos autônomos também não ficaram melhores.

A pesquisa foi realizada com 5.321 pessoas com margem de erro de 2%

Valter Campanato/Agência Brasil

Em 2019, foram 78.846 denúncias, somente pelo **Ligue 180**

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM PROBLEMA COTIDIANO - EM CASA, NA RUA OU NA POLÍTICA

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, o Brasil registra sete casos de violência política de gênero a cada 30 dias

Fernanda Estima

Ao adentrar os espaços de poder, eleitas pelo voto do povo, não é difícil identificar relatos de cenas, comportamentos, gestos e palavras contra mulheres que ocupam espaços de poder na política, um lugar tradicionalmente marcado pela presença masculina.

Não raro é notificado que vereadoras, deputadas, senadoras - e como não relembrar da misoginia no tratamento dado pela classe política e pela imprensa brasileiras à Dilma Rousseff durante seus mandatos, um terceiro interrompido, como presidenta da República. Vítimas do machismo e misoginia. Nem suas credenciais que as legitimam estarem e falarem e todos os espaços salvam as mulheres que corajosamente se mantém no ringue.

O assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018, no Rio de Janeiro, mostra bem que as credeciais não valem muita coisa se o respeito à nossa existência não for um ponto valorizado pelos homens e instituições. A violência política de gênero pode ser caracterizada como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas e durante o mandato.

E podemos dizer que vivemos uma epidemia desta modalidade de agressão às mulheres. Dias atrás, veio de Minas Gerais a lamentável notícia de que a vereadora petista Karina Roza, parlamentar do município de Serro, foi vítima de violência policial, algemada e jogada em camburão por defender o direito de uma mãe quilombola que perdeu o fi-

lho. O PT cobra justiça e punição aos PMs. Karina estava no legítimo exercício de sua representação ao denunciar o descaso do serviço municipal de saúde, em um caso que evidencia preconceito e racismo.

A secretaria nacional de Mulheres do PT se manifestou por meio de nota: "É um absurdo e inadmissível a violência política de gênero cometida contra a vereadora Karine e é lamentável a conduta da Polícia Militar diante da situação! Continuamos em luta contra a violência política de gênero que tenta calar as lideranças políticas que lutam pelos direitos da população!".

O PT também se manifestou, entidades do movimento de mulheres também. E o que seria necessário para conter a violência que sai do âmbito estritamente privado, dentro dos lares, para se mostrar vivo e ativo no público, especialmente na política.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, "o Brasil registra sete casos de violência política de gênero a cada 30 dias". A violência política contra a mulher passou a ser tipificada como crime em agosto do ano passado, quando foi sancionada a Lei n. 14.192. Desde então, somente o Ministério Público Federal (MPF) contabilizou, até novembro de 2022, 112 procedimentos relacionados ao tema. Em 15 meses, a cada 30 dias, ocorreram sete casos envolvendo comportamentos para humilhar, constranger, ameaçar ou prejudicar uma candidata ou mandatária em razão de sua condição feminina.

Enfrentando a violência

A campanha Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia, lançada pelo Ministério das Mulheres, tem como foco a ampliação da participação de mulheres, em toda sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e de decisão e no enfrentamento à violência política de gênero, com

Joedson Alves/Agencia Brasil

Reprodução

Vereadora do PT é agredida por PM e algemada ao cobrar assistência para criança quilombola. Ação da Polícia Militar ocorre após questionamentos sobre negligência no atendimento de saúde

vistas às eleições municipais de 2024.

O Ministério das Mulheres alerta: "mesmo sendo 51,5% da população e 53% do eleitorado brasileiro, as mulheres estão amplamente sub-representadas em todos os espaços de poder e de decisão".

Na Câmara Federal, elas são apenas 17,7%, ou seja, 91 mulheres em um universo de 513 parlamentares. No Senado Federal, são 15 mulheres entre 81 parlamentares, o que equivale a 12,3% e, dentre elas, apenas uma se declara negra. Nos estados e municípios, a situação é ainda mais grave. Nas eleições de 2020, 958 cidades não elegeram nenhuma vereadora, enquanto em outras mais de 1.800 cidades, apenas uma mulher foi eleita.

Ao mesmo tempo que políticas e ações que ampliem a presença das mulheres no universo público e na política são fundamentais, junto com elas são hoje em dia obrigatórias a proteção da dignidade e o respeito pelo direito de estarem onde quiserem estar.

Reprodução YouTube

URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS RECEBERÁ 5,5 BILHÕES DO PAC

Um dos territórios contemplados é o Jardim São Manoel, em Santos, que luta por moradia digna há 30 anos e concentra 2 mil famílias residentes em palafitas

Rose Silva, do Reconexão Periferias

O governo federal selecionou 59 propostas de estados e municípios para receber R$ 5,5 bilhões do PAC, que serão utilizados na regularização fundiária e urbanização de favelas. Parte dos recursos provém do orçamento geral da União e parte do FGTS. A ação prevê melhoria das condições de vida nas periferias urbanas brasileiras, investimento em infraestrutura urbana (saneamento básico, contenção de encostas, sistema viário, iluminação pública), recuperação ambiental, qualidade habitacional, produção de moradias para reassentamentos, regularização fundiária e trabalho social, além de promover intervenções urbanísticas de qualificação.

Um dos territórios contemplados nesta seleção é o Jardim São Manoel, localizado em Santos, no litoral paulista, que hoje é uma das comunidades com o maior número de famílias residentes em palafitas. De acordo com o vereador Chico Nogueira, que hoje preside a Comissão da Habitação da Câmara Municipal

A maior favela sobre palafitas do Brasil fica na mesma cidade que se orgulha em ter o maior jardim de orla do mundo: Santos, litoral de São Paulo. Cerca de 24 mil pessoas moram no dique da Vila Gilda e na favela ao lado, São Manoel

Reprodução X / Orlando Guerreiro

de Santos e apoia os moradores do bairro, a luta pela regularização da área iniciou há cerca de 30 anos atrás, quando foram ocupadas algumas áreas na franja do mangue onde se consolidaram muitas moradias.

"Já tem duas ou três gerações que as palafitas estão ali. Eu fui acionado em 2016, como vereador, porque nesse período de 30 anos houve uma ação do Ministério Público com a prefeitura relacionada à questão ambiental e à necessidade de oferecer vida digna para as pessoas que moram nas palafitas. Houve audiências públicas, e a prefeitura foi obrigada a construir moradias e fazer a remoção dessas pessoas para novas casas. A princípio, as famílias que moravam nas palafitas estavam muito felizes com a possibilidade de sair da área degradada e ir para os apartamentos. Porém, foram construídos apenas 200 apartamentos insuficientes para as 2 mil famílias residentes em palafitas", afirmou.

Contudo, segundo o vereador, a prefeitura iniciou a remoção das pessoas de forma truculenta, inclusive das famílias que já estavam consolidadas naquela área em casas de alvenaria. "Na época colocamos nosso mandato à disposição da luta e chamamos nova audiência pública. As pessoas que haviam construído sua propriedade ali deveriam permanecer, pois tinham direito àquele território. E as que estavam nas palafitas obviamente precisavam muito mais do que aquelas que moravam em casas de alvenaria. Alguns dos moradores removidos de forma truculenta se arrependeram, pois suas casas foram derrubadas. Outras foram invadidas", relatou.

A partir de então, 70 famílias se organizaram e criou-se o movimento da Rua João Carlos da Silva, em busca da regularização fundiária do bairro, e iniciou-se uma forte luta contra o termo de ajuste judicial que obrigava a prefeitura a remover todo mundo. "Fizemos uma ação política junto ao Ministério Público e um dos promotores, sensível à nossa causa e ao pleito da associação de moradores, reviu a decisão judicial para tentar consolidar o máximo possível de moradores em seu espaço. Mas ele impôs como condição que de fato a prefeitura se comprometesse com a urbanização e os direitos garantidos pela Constituição Federal para todo o bairro, começando pelas palafitas. O projeto de urbanização elaborado pela prefeitura foi encaminhado ao governo federal e contemplado com R$ 178 milhões de recursos do FGTS", disse Nogueira.

Retomada

A diretora do Departamento de Regularização, Urbanização Integrada e Qualificação de Territórios Periféricos da Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos Júlia Lins Bittencourt informou que o governo federal já teve uma linha de financiamento para urbanização de favelas, que ganhou escala sobretudo com o PAC 1 e 2. No entanto, há mais de dez anos não eram selecionados novos projetos para alocação de recursos. "Essa retomada tem o potencial de impactar a vida dessas famílias de forma global, pois muitas delas sairão de uma situação extrema de precariedade, terão acesso a titulação, serviços públicos, acessibilidade e moradia digna", disse.

A nova seleção dos projetos foi feita a partir de um edital que estabelecia critérios de participação aos estados e municípios, com cotas por região e por unidade da federação, orientadas pela quantidade de domicílios em favelas urbanas divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A ideia é viabilizar uma distribuição territorial igualitária no país. O conjunto de propostas foi avaliado considerando alguns critérios de priorização: projetos elaborados com participação social, aqueles voltados a áreas com elevado grau de precariedade (palafitas, favelas sujeitas a risco ou em lixões) e também o grau de complexidade das propostas.

"A gente apoia uma intervenção integral no território, ou seja, a prefeitura ou estado deve olhar o conjunto de necessidades daquele local e montar uma proposta capaz de dialogar com todas elas: a carência de infraestrutura, a inadequação de moradias, a necessidade de recuperação ambiental, regularização fundiária, trabalho social e ação comunitária, equipamentos públicos", afirmou Bittencourt.

Reprodução PT

PT ASSINA PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM PARTIDO COMUNISTA DO VIETNÃ

"O governo Lula é uma oportunidade que temos para estreitar os laços na luta contra o liberalismo", destacou Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do PT

Agência PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Vietnã (PCV) assinaram protocolo de cooperação política, na última segunda-feira (26), na sede do PT, em Brasília. O acordo entre as legendas está ancorado em princípios como igualdade, independência, respeito mútuo e não interferência em assuntos internos.

Liderada pelo secretário do Comitê Central e presidente da Comissão para Informação e Educação do PCV, Nguyen Trong Nghia, a delegação vietnamita estava animada e honrada com a primeira visita ao Brasil. "Momento de alegria", revelou.

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), por sua vez, elogiou a histórica luta do país asiático contra o imperialismo, o colonialismo e o liberalismo. "O governo do presidente Lula é uma oportunidade que temos para estreitar os laços na luta contra o liberalismo", destacou.

Momentos antes, a parlamentar afirmou que o acordo de intercâmbio político com o PCV é "muito importante" para a história do PT. Gleisi também tratou das eleições de outubro no Brasil e da necessidade de formação de uma frente democrática e progressista contra o fascismo.

Encarregado da leitura das proposições elaboradas pelo PT, o secretário de Relações Internacionais do partido, Romênio Pereira, exaltou a memória do revolucionário comunista e estadista Ho Chi Minh, que libertou o Vietnã, primeiro, do jugo colonial francês e, depois, do imperialismo estadunidense.

Por fim, Nguyen se disse satisfeito com a convergência de interesses e de objetivos entre o PT e o PCV. Ele e Gleisi assinaram o protocolo de cooperação política e as delegações iniciaram uma troca de presentes.

Também compareceram à reunião o secretário-geral do PT, Henrique Fontana, o secretário de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Saulo Dias, o secretário de Assuntos Institucionais, Joaquim Soriano, a secretária-executiva do Foro de São Paulo, Mônica Valente, e o diretor da Fundação Perseu Abramo, Valter Pomar.

Reprodução Arquivo Nacional

70 ANOS: GETÚLIO SE MATA COM UM TIRO NO CORAÇÃO E INTERROMPE GOLPE COMANDADO POR LACERDA

Suicídio interrompe golpe, que já era comemorado com champanha por Lacerda. Esta publicação é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, e o Memorial da Democracia

De manhã cedo, o presidente Getúlio Vargas, de pijamas, sai do seu quarto no palácio do Catete, vai até o gabinete de trabalho e volta com um envelope. Pouco tempo depois, ouve-se um tiro. O filho, Lutero, corre para os aposentos do pai, seguido pela irmã, Alzira, e pela mãe, Darci. Encontram Getúlio caído na cama, com um revólver Colt calibre 32 perto da mão direita. Na altura do coração, um buraco da bala e uma mancha de sangue. Encostado no abajur, sobre o criado-mudo, estava o envelope contendo a carta que, datilografada na véspera por um amigo, explica o gesto – não é um lamento, mas um manifesto político.

A carta-testamento não deixava dúvida sobre como o suicídio deveria ser entendido: era uma reação a uma campanha subterrânea dos grupos internacionais, aliados aos grupos nacionais, para bloquear a legislação trabalhista e o projeto desenvolvimentista. "Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida", dizia a carta, que concluía: "Serenamente dou o meu primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar para a história."

Naquele momento, seu maior adversário, Carlos Lacerda (UDN), ferido no pé dias antes no atentado da rua Tonelero, comemorava com champanha o golpe que parecia vitorioso.

Horas antes, uma reunião de oficiais de alta patente recusara a proposta de Getúlio de licenciar-se da Presidência enquan-

to se desenrolasse o Inquérito Policial Militar (IPM) sobre o atentado. Brigadeiros, almirantes e generais foram taxativos: só aceitariam a renúncia.

Certo de que vencera o último round na luta contra Getúlio, Lacerda vociferou numa emissora de rádio: "Aqui estou, no dia da redenção nacional [...] para declarar que esse covarde, esse pusilânime, não está licenciado, está é deposto, o lugar dele é no Galeão [palco do IPM] ou no estrangeiro, e deve apodrecer na cadeia!"

Getúlio estava encurralado. Às duas horas da manhã, numa reunião ministerial, ouvira dos ministros militares que os oficiais das três armas haviam se unido em torno do manifesto dos brigadeiros que pedia sua renúncia. Às seis horas, dois oficiais da Aeronáutica foram ao Catete convocar Benjamim, irmão de Getúlio, para depor no Galeão.

Pouco antes do suicídio, o presidente recebera a notícia de que o comando das Forças Armadas havia se somado ao movimento pela sua renúncia imediata.

Getúlio cumpriu então o que havia prometido ao país dias antes. Eleito pelo povo, só sairia morto do palácio do Catete. Por volta das oito horas da manhã, suicidou-se com um tiro no peito.

A notícia, veiculada pouco depois pelas rádios, chocou o país. A população, revoltada, saiu às ruas para expressar sua indignação e homenagear o presidente morto.

No Rio de Janeiro, capital da República, uma multidão amargurada, revoltada e colérica passou a percorrer as ruas, armada com paus, pedras e fúria. Arrancou dos postes propaganda da oposição, quebrou as vidraças da Standart Oil, apedrejou a fachada da embaixada dos Estados Unidos e os prédios onde funcionavam os jornais "O Globo" e "Tribuna da Imprensa". Para arrematar, incendiou os caminhões que distribuíam esses jornais. Só a "Ultima Hora", que era favorável ao governo Vargas, pôde circular naquele dia.

Reprodução Arquivo Nacional

Horas depois, em frente ao palácio do Catete, um milhão de pessoas tentava ver o corpo do presidente. Muitos choravam compulsivamente, outros desmaiavam, e havia aqueles que, ao entrar na sala onde acontecia o velório, se agarravam ao caixão.

Às oito e meia da manhã do dia 25, a multidão acompanhou o corpo de Getúlio até o aeroporto Santos Dumont, em um gigantesco cortejo que se desenrolava pela praia do Flamengo, do Russel até a avenida Beira-Mar.

Quando o avião da Cruzeiro do Sul desapareceu no céu rumo a São Borja, aconteceu o inevitável: as pessoas perceberam que estavam em frente ao quartel da 3ª Zona Aérea. O que era dor virou cólera, e a multidão avançou contra a guarnição da força militar que era escancaradamente oposição ao governo Vargas. Os soldados da Aeronáutica, aterrorizados, dispararam contra a população civil desarmada durante 15 minutos. No tumulto, mulheres e crianças foram pisoteadas, uma pessoa morreu e muita gente saiu ferida.

A comoção nacional transformou inteiramente a situação política. Os golpistas tiveram de recuar às pressas. As tropas voltaram aos quartéis, e os líderes da oposição, inclusive Lacerda, preferiram se esconder da fúria popular.

Getúlio, o "pai dos pobres", havia partido. O povo estava de luto, mas vigilante. Nas ruas, deixava claro que não aceitaria ver os inimigos do presidente, que o haviam levado à morte, dando novamente as cartas no Brasil.

Reprodução
Divulgação

BANDA BIXIGA 70 SE APRESENTA EM SÃO PAULO E NO ROCK IN RIO APÓS TEMPORADA NO EXTERIOR

Depois de um breve intervalo de descanso, a banda se apresenta na sexta-feira, 30 de agosto, na Casa Natura, em São Paulo

Redação Focus Brasil

Uma das primeiras aparições da Banda Bixiga 70, nascida e criada em uma garagem da Rua Treze de Maio, bairro do Bixiga, na cidade de São Paulo, no jornal The Guardian foi curta, porém precisa. O jornal descreveu que ¨Bixiga 70 é o que acontece quando você combina batidas africanas, jazz e swing brasileiro em uma cidade tão agitada quanto São Paulo¨. Desde essa pequena nota publicada em janeiro de 2012, pouca coisa mudou em relação à formação do conjunto. A música cresceu e se tornou gigante, mas a qualidade e singularidade se mantiveram as mesmas.

O Bixiga 70 acabou de encerrar a turnê européia de seu quarto álbum, Vapor, lançado em 2023. Como era de se esperar, após o lançamento, o jornal avaliou a ¨exuberância contagiante dos favoritos afro-brasileiros¨ e descreveu a participação da banda no encerramento do festival Womad como fabulosa e energética. Foram 40 dias pela Europa, passando pela primeira vez pela Polônia e República Tcheca. Fizeram shows em Portugal,

José de Holanda/Divulgação

Espanha, Hungria, Dinamarca, Paris, França, Alemanha, Irlanda, Reino Unido e Holanda.

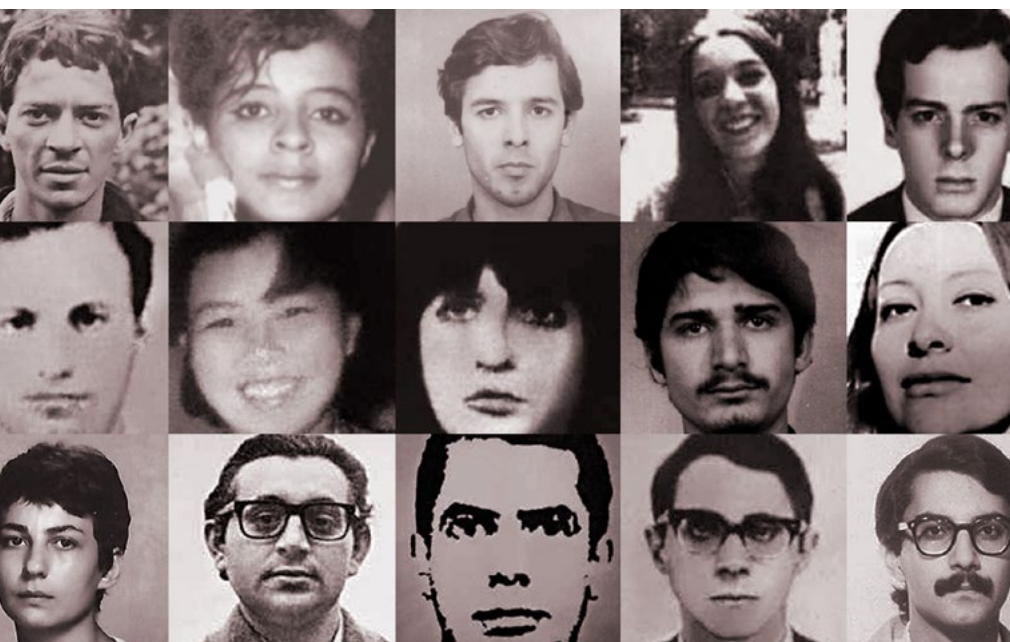
Cris Scabello, um dos fundadores da Bixiga 70 e guitarrista, produtor musical e cantor, explica que a formação da banda "se encaixa muito na nossa música". "Ela nasceu assim, desse jeito. São quatro sopros, duas percussões, bateria, baixo, guitarra e teclado. Então, enfim, somos um pouco apegados a esse formato de 10 pessoas, e nossa música tem um equilíbrio com esse número de componentes, né?". Ele revelou as dificuldades logísticas de uma grande turnê com um elenco desse tamanho, mas valoriza as vantagens de ser um ¨operário do som¨. Cris Scabello também administra o estúdio Traquitana, um dos mais tradicionais de Sampa.

Depois de um breve intervalo de descanso, a banda se apresenta na sexta-feira, 30 de agosto, na Casa Natura, em São Paulo. ¨Estamos muito felizes de voltar para São Paulo e já ter esse show logo de cara na volta, para levar essa energia que estamos carregando nesta turnê de 40 dias, 12 países, 20 shows. Chegamos com o show muito "no dedo", como costumamos dizer, bem alinhado¨, comentou.

A próxima parada da Bixiga 70, que esteve representado pela ¨metaleira¨ no Festival do Futuro na posse do presidente Lula, é o Rock in Rio. O baixista Marcelo Dworecki diz-se animado com a primeira participação da banda no festival. ¨Os festivais grandes como o Rock in Rio, são um verdadeiro estandarte. Estamos felizes de estar nesse line-up¨ declarou.

Bixiga 70 - Show Vapor
Sexta-feira, 30 de agosto, 22h
Casa Natura
Endereço: R. Artur de Azevedo, 2134 - Pinheiros, São Paulo

USP CONCEDE DIPLOMAS A 15 ALUNOS MORTOS PELA DITADURA MILITAR

Homenagem aos estudantes da FFLCH busca promover justiça e reparar a violência de tortura, de morte e de desaparecimento que eles passaram

Memorial da Resistência de São Paulo - Arte: Renan Braz

No ano em que o Brasil completou 60 anos do golpe militar de 1964, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP realizou uma cerimônia especial para conceder diplomas honoríficos de graduação a 15 estudantes que foram mortos durante o regime. O evento aconteceu no último dia 26 de agosto, no Auditório Nicolau Sevcenko.

A iniciativa faz parte de um projeto mais amplo que visa homenagear ao todo 33 estudantes da USP. Trata-se de um reconhecimento institucional e uma tentativa de reparação pelas violências, torturas, mortes e desaparecimentos sofridos pelas vítimas da ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985.

"Essa homenagem concedida aos ex-estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que foi substituída pela atual FFLCH, tem uma importância simbólica imensa", destaca Paulo Martins, professor e diretor da FFLCH.

"Essa ação significa dizer que a USP tem uma característica de NÃO se ocultar diante das injustiças, da falta de democracia e de justiça social, além de compreender o que são os direitos humanos. Portanto, me sinto imensamente feliz pelo fato de, nos últimos dias do meu mandato como diretor da Faculdade – que se encerra no dia 26 de setembro –, ter sido o diretor que entregou simbolicamente a graduação aos familiares desses nossos alunos que desapareceram no vento nefasto da ditadura", complementa o diretor.

Diplomação de Resistência

Intitulado "Diplomação de Resistência", o projeto é fruto de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), Pró-Reitoria de Graduação (PRG), Luna Zarattini e o coletivo de estudantes Vermelhecer.

Os homenageados foram definidos pela Comissão da Verdade da USP, que identificou e reconheceu as trajetórias dos estudantes mortos durante a ditadura militar.

Os 15 alunos diplomados

Com histórias singulares, os 15 alunos que serão diplomados possuem em comum o fim de suas vidas antes de conseguirem concluir seus estudos. São eles: Antonio Benetazzo, Filosofia; Carlos Eduardo Pires Fleury, Filosofia; Catarina Helena Abi-Eçab, Filosofia; Fernando Borges de Paula Ferreira, Ciências Sociais; Francisco José de Oliveira, Ciências Sociais; Helenira Resende de Souza Nazareth, Letras; Ísis Dias de Oliveira, Ciências Sociais; Jane Vanini, Ciências Sociais; João Antônio Santos Abi-Eçab; Filosofia, Luiz Eduardo da Rocha Merlino; História, Maria Regina Marcondes Pinto, Ciências Sociais; Ruy Carlos Vieira Berbert; Letras, Sérgio Roberto Corrêa; Ciências Sociais, Suely Yumiko Kanayama; Letras, Tito de Alencar Lima; Ciências Sociais.

Informações completas sobre homenageados e homenageadas podem ser conferidas no site do Jornal da USP aqui.

distelAPPArath/Pixabay

NOVA ROTA DA SEDA: RELAÇÃO BRASIL-CHINA E A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA (BRI)

Por Giorgio Romano Schutte

Professor Associado em Relações Internacionais e Economia Política Mundial, o pesquisador Giorgio Romano escreve sobre relações econômicas e políticas Brasil-China e a Iniciativa do Cinturão e Rota (em inglês: Belt and Road Initiative)

Em primeiro lugar, parabenizo o Dr. Zhou Lei pela excelente exposição, que demonstrou como a BRI é uma expressão, por um lado, do forte crescimento econômico com desenvolvimento social da China e, por outro, da vontade e do compromisso do Partido Comunista Chinês em contribuir para uma nova globalização, mais democrática e inclusiva, que ofereça oportunidades para a superação da pobreza e da desigualdade que imperam no mundo de hoje e são a base de muitas tensões e conflitos.

Sou autor de um livro de referência sobre a dinâmica dos investimentos chineses no Brasil, Oásis para o Capital - Solo Fértil para a "Corrida de Ouro", publicado pela Editora Appris. Além disso, sou membro fundador da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina), criada em 2018 com o objetivo de estimular estudos sobre a China e sua relação com o Brasil. Em outubro do ano passado, realizamos o VI Encontro Nacional dessa rede, com o valioso apoio da Fundação Perseu Abramo, entre outros.

Qualquer reflexão sobre a adesão ou não do Brasil à BRI deve levar em consideração a rica trajetória das relações entre o Brasil e a República Popular da China. Seguindo a lógica das apresentações de nossos colegas chineses, vou apresentar essa trajetória em várias fases.

1ª fase: 1974-1993

Em 15 de agosto de 1974, durante o governo Geisel com Azeredo da Silveira como ministro de Relações Exteriores, ocorreu o estabelecimento das relações diplomáticas, seguido, alguns anos depois, pela celebração do primeiro acordo comercial, em 1978.

Havia, de ambos os lados, interesse em explorar o potencial para desenvolver cooperações Sul-Sul, em especial parcerias científicas. Nesse contexto, foi fechado, em 1988, na ocasião da visita do presidente José Sarney à China, um acordo de cooperação para tecnologia espacial que, apesar de altos e baixos, mostrou-se duradouro e mutuamente benéfico: o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS, na sigla em inglês),

envolvendo o INPE, pelo lado brasileiro, e a Administração Espacial Nacional da China, pelo lado chinês.O Brasil enxergava potencial para exportações, principalmente de bens industrializados. Na época, a China inclusive exportava petróleo para o Brasil e tinha interesse na experiência brasileira de desenvolvimento. A autora Isabella Weber lançou recentemente um livro, publicado no Brasil pela Boitempo, intitulado Como a China Escapou da Terapia de Choque, no qual menciona esse interesse chinês pela experiência de industrialização brasileira.

Um exemplo concreto foi a Itaipu, que gerou conhecimento para a construção da Hidrelétrica de Três Gargantas, na China. Anteontem, foi lançado um livro organizado por mim e pela professora Ana Tereza, junto com a Embaixada, por ocasião das comemorações dos 50 anos de relações Brasil-China, que inclui um artigo de Aloizio Mercadante relatando o primeiro envolvimento do BNDES com a China, que se deu justamente pelo fornecimento de crédito para o financiamento de exportações de serviços de engenharia brasileira para a construção da hidrelétrica na China.

2ª fase: 1993-2004

Em 1993, ambos os países passaram por momentos de inflexão. A China acelerou sua liberalização econômica, tentando recuperar seu prestígio após os acontecimentos na Praça Tiananmen, enquanto o Brasil, sob o governo Itamar Franco, enfrentava os desafios de alta inflação após a era Collor. Por esses e outros motivos, o comércio bilateral havia diminuído e a cooperação estava paralisada. Era preciso buscar uma nova dinâmica. Daí surgiu a Parceria Estratégica, assinada na ocasião da visita do recém-empossado presidente Jiang Zemin ao Brasil, em novembro de 1993, acompanhado de seu vice, Zhu Rongji, conhecido na época como o "czar econômico" da China. Assim, o Brasil foi o primeiro país do mundo com o qual a

PixaBay

China assinou uma Parceria Estratégica.

Naquele momento, as posições econômicas dos dois países eram semelhantes, com PIBs de valores não muito díspares. No entanto, na mesma década de 1990, o Brasil começou a perder competitividade em sua indústria, enquanto a China avançava na direção oposta. Como consequência, estabeleceu-se uma relação comercial baseada na troca de bens primários por produtos manufaturados, impulsionada pelo crescimento da demanda chinesa por matérias-primas, alimentos e produtos energéticos.

A partir daí, consolidou-se um padrão centro-periferia nas relações comerciais, com duas características constantes:

1) superávit do lado brasileiro devido à exportação de um volume expressivo e crescente de matérias-primas, que mascarava o déficit, também crescente, em manufaturas;

2) concentração da pauta exportadora em poucos produtos: inicialmente, soja e minério de ferro não processados, aos quais se juntou o petróleo não processado a partir do pré-sal.

3ª fase: 2004-2014

O ano de 2004 marcou o 30º aniversário da retomada das relações diplomáticas entre os dois países, e, nessa ocasião, ocorreu a primeira e histórica visita do presidente Lula, que havia tomado posse no início do ano anterior. Essa visita expressava também uma vontade política mais abrangente de abrir relações com o que hoje é chamado de Sul Global. Vale lembrar que, no plano de governo de 2002, já constava a prioridade de estabelecer relações com China, Índia, Rússia e África do Sul, países com os quais, poucos anos depois, o Brasil fundaria o Brics.

Durante a visita do presidente Lula, Brasil e China criaram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), voltada para operacionalizar a parceria estratégica estabelecida onze anos antes. A Cosban, que neste ano comemora 20 anos, é o mais alto mecanismo institucionalizado de interação go-

vernamental entre os dois países, expressando a vontade mútua de dar um salto de qualidade nas relações bilaterais.

A missão do presidente foi acompanhada pela "maior missão empresarial brasileira ao exterior jamais registrada", segundo o Itamaraty. Durante a visita, foi estabelecido também o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com sede no Rio de Janeiro, ao lado do CEBRI, que hoje é o mais importante promotor dos interesses empresariais na relação Brasil-China. Em 2004, também houve uma visita oficial de alto nível do Partido dos Trabalhadores (PT) à China, liderada por seu presidente, José Genoíno, na ocasião dos 20 anos de relações políticas com o Partido Comunista da China (PCCh).

Até o momento, a Cosban realizou sete Sessões Plenárias, sua instância decisória mais alta, em março de 2006 (Pequim), fevereiro de 2012 (Brasília), novembro de 2013 (Cantão), junho de 2015 (Brasília), maio de 2019 (Pequim), maio de 2022 (virtual) e junho de 2024 (Pequim). Na primeira edição, a Cosban foi estruturada com seis subcomissões, que, com o tempo, se expandiram para onze, refletindo a ampliação para novos domínios de cooperação:

(1) Política (2) Econômico-Comercial e de Cooperação (3) Subcomissão de Agricultura (4) Ciência, Tecnologia e Inovação (5) Energia e Mineração (6) Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação (7) Cooperação Espacial (8) Temas Sanitários e Fitossanitários (9) Econômico-Financeira (10) Cultura e Turismo, Esportes (11) Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esta última se reuniu pela primeira vez em setembro de 2023, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ou seja, criou-se um arcabouço institucional permanente que o Brasil não possui com nenhum outro país fora do Mercosul. Em 2009, a China se tornou, pela primeira vez, o maior parceiro comercial do Brasil, posição que mantém até hoje, com um crescimento constante do comércio entre os dois países. No mesmo ano, também houve um avanço nas relações políticas internacionais com o estabelecimento do BRICS e a atuação conjunta nas cúpulas do G-20, que também começaram naquele ano.

A partir de 2010, no último ano do governo Lula, assistimos à chegada de volumes expressivos de investimentos chineses no Brasil, no contexto da política de internacionalização das empresas chinesas, sobretudo estatais, reflexo da diretriz "Go Global" estabelecida pelo governo chinês. Durante o governo Dilma, especulou-se que a atração de investimentos chineses ao país poderia ser vista como um elemento compensatório para o padrão comercial considerado problemático.

No caso dos financiamentos, os principais agentes no Brasil foram o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o China Exim Bank. Segundo a China-Latin America Finance Database, essas duas instituições emprestaram US$ 28,9 bilhões para empresas e projetos no Brasil entre 2005 e 2017, sendo o CDB responsável por 95% desse montante. Além disso, o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund (CLAI Fund) investiu em vários projetos no Brasil, num total de cerca de US$ 200 milhões, com participações menores, mas importantes para viabilizar algumas aquisições. O fundo também desempenhou um papel importante na concepção do Fundo de Cooperação Brasil-China para a Expansão da Capacidade Produtiva ("Fundo Brasil-China"), assinado pelos governos do Brasil e da China em 2015, com o compromisso de alocação de US$ 15 bilhões pelo lado chinês e US$ 5 bilhões pelo lado brasileiro. No entanto, desde então, esse mecanismo não avançou, frustrando expectativas. As razões são diversas: a dificuldade de classificar os projetos de interesse bilateral, deficiências de planejamento e estruturação e, em menor grau, a instabilidade política no Brasil. Apenas pelo nome do Fundo, já seria o caso de retomar e operacionalizar essa iniciativa de expansão da capacidade produtiva.

Por último, houve expectativas quanto ao potencial de financiamento de projetos de infraestrutura pelo Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como "Banco do BRICS", e pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), ambos com o Brasil como membro fundador.

Ainda no primeiro governo Dilma, em 2011, foi elaborado o Plano Decenal de Cooperação, com o objetivo de sinalizar as áreas prioritárias e os projetos-chave em ciência, tecnologia e inovação; cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos de 2012 a 2021. Em 2012, a Parceria Estratégica evoluiu para uma Parceria Estratégica Global, e foi criado o Diálogo Estratégico Global Brasil-China, visando à articulação dos países em temas da agenda global.

Nessa época, para os governos de centro-esquerda, a China havia se tornado um "parceiro incontornável" nas discussões sobre a reforma da governança global e das instituições financeiras, embora a China nem sempre tenha apoiado as aspirações brasileiras, como o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Na década de 2000, o interesse acadêmico na China também aumentou. A Universidade de Hubei, em parceria com a Unesp, criou o primeiro Instituto Confúcio no Brasil. Hoje, temos 13, sendo a UFBA o mais recente, inaugurado no ano passado.

4ª fase: 2015-2022

Com a crise política que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as relações internacionais passaram por uma inflexão. Michel Temer, que havia acompanhado Cosban como vice-presidente, assumiu formalmente a presidência em 31 de agosto de 2016 e, logo em seguida, viajou com José Serra e Renan Calheiros para a China para participar da Cúpula do G20.

O processo de liberalização acabou favorecendo as exportações chinesas, como no caso das plataformas e equipamentos para

Reprodução

a exploração de petróleo, devido ao desmonte da política de conteúdo local promovido pelo governo Temer.

Já no governo Bolsonaro, houve um duplo movimento de distanciamento e continuidade: enquanto, na área política, ocorreu um esfriamento que, em alguns momentos, chegou a ser hostil, na área econômica e comercial houve consolidação e até expansão.

Foi criado um núcleo dentro do Executivo e do Legislativo para garantir que a sinofobia não prejudicasse os interesses econômicos e financeiros, especialmente de setores que apoiavam o governo. No Ministério da Agricultura, criou-se literalmente um "Núcleo China", liderado por uma especialista na China com grande articulação com o agronegócio. Além disso, a Vice-Presidência da República, a área econômica e, no Congresso Nacional, as frentes parlamentares do Brics e das relações Brasil-China participaram dessa articulação. Fora do governo, houve articulações de organizações como o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

Em 2018, portanto antes do início do mandato de Bolsonaro, o comércio entre os dois países girava em torno de US$ 99 bilhões; em 2022, já alcançava US$ 150 bilhões. Dois exemplos emblemáticos de como as forças econômicas conseguiram blindar seus interesses são: (1) a pressão do Ministério da Agricultura, em 2019, para que o Brasil apoiasse Qu Dongyu, o candidato chinês para comandar a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), em detrimento de um candidato da Geórgia apoiado pelos EUA, que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) queria chancelar. (2) O caso da Huawei, no qual nem a pressão de Trump sobre Bolsonaro conseguiu barrar a participação da empresa chinesa na implementação do 5G no Brasil.

Ou seja, mesmo nos momentos mais tensos das relações políticas bilaterais, os interesses comerciais e financeiros prevaleceram. De acordo com dados do CEBC, em 2021, o Brasil foi, inclusive, o país que mais recebeu investimentos chineses no mundo, embora o patamar estivesse muito baixo devido à pandemia.

5ª fase: 2023-

Ao retornar à Presidência, Lula encontrou uma relação comercial em pleno crescimento. As exportações para a China, no valor de US$ 104 bilhões, superaram a soma das vendas para os Estados Unidos e a União Europeia, que totalizaram US$ 83 bilhões. A China respondeu por um terço das exportações totais do Brasil e quase dois terços do superávit comercial.

Em 2004, poucos analistas apostavam que, vinte anos depois, nosso comércio com a China passaria de US$ 9 bilhões para US$ 157 bilhões. O Brasil se tornou o país com o maior superávit comercial com a China no mundo, de acordo com os dados da Unctad. No entanto, continua a concentração em três produtos não processados: soja, petróleo e minério de ferro, que representam cerca de 75% do total.

Em termos de investimentos, a China é a quinta principal origem de investimentos no Brasil, e o Brasil está entre os cinco principais destinos dos investimentos chineses no mundo. No entan-

to, também aqui há uma grande concentração em alguns setores. Dados do Conselho Empresarial Brasil-China, referentes ao período de 2007 a 2022, apontam que os setores de eletricidade (com 45,5%) e petróleo (com 30,4%) absorveram a maior parte dos US$ 71,6 bilhões que empresas chinesas investiram no Brasil. Isso continua sendo o padrão, embora haja uma diversificação em projetos envolvendo empresas privadas, mas com menor volume de investimentos e muito voltados para o padrão maquila, com importação de componentes.

Tivemos a histórica visita do presidente Lula em abril do ano passado, sem dúvida a mais importante visita internacional em seu primeiro ano de mandato. A cooperação bilateral, tomando em conta as disposições do Plano Estratégico 2022-2031, foi reforçada com 15 novos acordos. E já na preparação desta viagem, havia a expectativa de que o Brasil pudesse aderir à BRI, o que, como se sabe, não aconteceu.

Em junho deste ano, foi realizada a VII Sessão Plenária da Cosban em Pequim, com a presença do vice-presidente Alckmin. Entre outros temas, esse encontro abordou o avanço do programa de satélites, agora com o CBERS-5, um satélite geoestacionário meteorológico que será posicionado em uma órbita específica, acompanhando a rotação da Terra. Isso permitirá coletar dados para a previsão do tempo e o monitoramento de eventos climáticos extremos, algo de extrema relevância para o Brasil. Além disso, iniciou-se o desenvolvimento do CBERS-6, dando continuidade ao programa de satélites, que permanece como o carro-chefe da cooperação tecnológica.

Também foram resolvidas algumas pautas do agronegócio, como a abertura do mercado chinês para a noz-pecã e o café, além de 38 novos estabelecimentos brasileiros que ganharam licenças para exportar carnes para a China.

Agora, vários analistas classificam esse novo momento na relação Brasil-China como "retomada", "renovação" e até uma "refundação" das relações bilaterais. No entanto, insisto na ideia de que devemos aproveitar essa oportunidade para repactuar essa relação. Inclusive, no livro que mencionei, que organizei junto com a professora Ana Tereza e a Embaixada por ocasião dos 50 anos de relações diplomáticas, há um artigo nosso com esse título.

Na área política e na atuação em nível internacional, como no Brics, no G20, nas questões sobre a guerra na Ucrânia ou o massacre em Gaza, o reencontro entre os dois países foi natural e rápido.

No entanto, a grande questão é que, ao contrário dos dois governos anteriores, este governo quer retomar o projeto de criar uma base industrial-tecnológica endógena, com bases digitais e ecológicas, entendendo isso como uma condição necessária para que o país possa superar sua condição periférica.

Agora, temos vasta literatura e experiência internacional que mostram que a chegada de investimentos, por si só, não garante e até pode desarticular cadeias produtivas existentes.

Um grande investimento de uma empresa do setor elétrico, por exemplo, que traz a torre inteira e nem produz nem um fio no país, não ajuda a criar capacidade industrial e tecnológica. Nem uma montadora que vem apenas para montar peças importadas no regime SKD ou CKD.

Dito isso, é válido e necessário que o governo Lula aposte nessa repactuação com a China, e vejo quatro argumentos para ser otimista quanto ao avanço dessa ideia:

- Primeiro, a própria China fez esse movimento de sair da condição periférica ao incorporar com êxito os investimentos estrangeiros em sua estratégia de desenvolvimento. A abertura para o capital internacional ocorreu, mas dentro de diretrizes estabelecidas pelo próprio país, no caso da China, pelo Partido Comunista Chinês.
- Segundo, embora a relação comercial e econômica estabelecida entre Brasil e China reflita a lógica centro-periferia, a China não é um país imperialista e deseja ser parte do Sul Global. Portanto, deve-se entender o desconforto em consolidar uma relação que lembra as relações Norte-Sul.
- Terceiro, a escalada da rivalidade com os EUA e, em menor intensidade, com a Europa, faz com que, na minha opinião, a China tenha interesse em investir e consolidar uma relação duradoura e equilibrada com a segunda maior economia do hemisfério americano, por motivos geopolíticos.
- Por último, embora a lógica das empresas chinesas, estatais ou não, seja garantir o máximo retorno sobre seus investimentos, conquistar mercados e garantir acesso a matérias-primas, é fato que há uma certa capacidade de ingerência centralizada por parte do Partido Comunista Chinês, o que pode facilitar uma pactuação com objetivos e metas de médio a longo prazo.

E a BRI?

Quando a iniciativa foi lançada, chamava-se One Belt, One Road (OBOR) e se limitava a estabelecer conexões físicas até a Europa e África. Vários países latino-americanos, de menor porte, ficaram preocupados com a possibilidade de exclusão da cooperação com a China. Em seguida, o nome mudou para BRI, e a iniciativa ganhou uma perspectiva global, incluindo, portanto, América Latina e o Caribe.

A China convidou, em 2018, durante a Cúpula China- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), os países da América Latina a participarem da BRI. O Brasil optou por não aderir à iniciativa, não porque tivesse algum problema com o projeto chinês, mas porque considerou que não haveria alteração nos custos e benefícios das relações, mesmo se optasse por participar. Apesar de não ter aderido à BRI, pode-se dizer que a forma de atuação e a presença chinesa no país seguem a mesma lógica dos países signatários da BRI, gerando as mesmas

oportunidades e desafios.

Até a entrada da Argentina na BRI, em 2022, a situação na América Latina e Caribe (ALC) era a seguinte: 19 países eram membros, com exceção da Venezuela, todos de economias menores. As quatro maiores economias (Argentina, Brasil, Colômbia e México) não haviam aderido. Na minha opinião, perdeu-se uma oportunidade de articular essa adesão com uma estratégia que melhorasse a relação entre a América do Sul, ou o Mercosul, e a China. No entanto, a entrada da Argentina é compreensível ao considerarmos a vulnerabilidade financeira do país e a importância de sua relação com a China. Houve até uma situação sui generis em que o país utilizou renminbis do acordo swap para pagar uma parcela da dívida em dólares com o FMI. Isso foi possível porque a moeda chinesa já é, há vários anos, uma moeda conversível no sistema FMI, ao lado do dólar estadunidense, do euro, do iene e da libra esterlina.

Na declaração dos presidentes Lula e Xi Jinping, em abril do ano passado, há um parágrafo importante sobre a BRI que vou citar: "Brasil e China manifestaram interesse em examinar sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, inclusive nos esforços de integração sul-americana, e as políticas de desenvolvimento e as iniciativas internacionais da China, inclusive a 'Iniciativa do Cinturão e da Rota'." Na minha opinião, essa referência ao esforço de integração sul-americana na mesma frase em que se menciona a BRI é muito bem colocada.

Agora, sobre a pergunta que paira no ar: "To BRI or not to BRI?", podemos fazer as seguintes considerações.

De um lado, primeiro, é importante entender e respeitar a tradição diplomática brasileira de não aderir a uma instituição da qual não é membro fundador. Como lembrou recentemente um diplomata de alto nível a respeito dessa discussão: o Brasil é tão não-alinhado que nem aderiu formalmente ao movimento dos não-alinhados. No entanto, isso não é um princípio da política internacional do Brasil, lembrando que os princípios estão elencados no artigo 4º da Constituição Federal.

Segundo, há uma ideia da oportunidade de o Brasil equilibrar as relações entre China, União Europeia e EUA. Essa posição está presente no debate no Brasil. Muitos estudiosos na China acreditam que isso reflete uma pressão dos EUA. Certamente, os EUA têm suas preferências, mas não me parece ser o fator determinante que explica a força dessa posição de neutralidade, que se manifesta também na não adesão à OCDE, por exemplo.

Terceiro, a relevância desse assunto para nossa relação com a China não é muito bem compreendida no Brasil. Afinal, já temos uma relação muito intensa: fomos o primeiro país no mundo a assinar uma parceria estratégica com a China, temos o maior superávit comercial com a China entre todos os países do mundo, somos um grande receptor de investimentos chineses e há um grande interesse das construtoras chinesas em participar de licitações aqui. No âmbito político, há uma grande convergência e trabalho conjunto em questões internacionais, como a prioridade de combate à fome, a luta pela paz, contra sanções unilaterais, a questão do clima, entre vários outros temas. Pelo volume e intensidade da conexão que o Brasil estabeleceu e consolidou com a China, alguns brincam que o Brasil já estava na BRI antes mesmo de a BRI ser lançada.

Por outro lado, o primeiro argumento é pragmático: já que a China insiste tanto e é só um MoU, não custa nada. Pode gerar boa vontade e abrir mais mercados para nossa agroexportação, por exemplo.

Segundo argumento: seria um ato político do governo Lula para afirmar nossa identidade com o Sul Global e marcar um gradual afastamento do eixo ocidental, que estaria já em decadência. Essa é uma posição que encontramos entre alguns setores do próprio PT, embora o partido não tenha uma posição oficial sobre o tema.

E, terceiro, a adesão seria simbólica para marcar esse momento de relançamento das relações políticas entre o governo Lula e a China. Mas surge, sobretudo entre aqueles que apostam na agenda de nova industrialização do Brasil, a dúvida é se para isso não é preciso mais do que um simples MoU.

Pessoalmente, não acredito que a adesão, por si só, trará mais investimentos ou financiamentos nem mudará a qualidade dos fluxos de comércio e investimento. Porém, vejo a adesão nesta altura da visita de Xi Jinping, em novembro, como um processo quase natural, embora posso imaginar que o presidente Lula queira ver algo mais do que um MoU.

Aí vem a pergunta de fundo: O que queremos? Qual é o diferencial? Isso é uma disputa. O setor agropecuário quer uma coisa, talvez eles tenham uma lista mais fácil de negociar, porque segue a linha do "mais do mesmo".

Na minha opinião, independentemente do momento ou da forma de aderir à BRI, o que precisamos é de um acordo abrangente de longo prazo que estabeleça uma base concreta de integração industrial e tecnológica. Pelo seu caráter, isso deveria ser feito no âmbito do Mercosul. Esse acordo poderia até servir como contraponto ao Acordo Mercosul-UE, negociado pelos governos Temer e Bolsonaro, e que está agora na mesa do presidente Lula.

O principal obstáculo não é Milei, mas o Paraguai. O Mercosul está refém da insistência paraguaia em manter relações diplomáticas com a República da China (Taiwan), em vez da República Popular da China. É o único país na América do Sul que mantém essa posição. Talvez seja hora de o Brasil usar seu prestígio para conversar com o Paraguai a respeito.

Giorgio Romano Schutte, Professor Associado em Relações Internacionais e Economia Política Mundial, bolsista de produtividade do CNPq, membro fundador da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina) e do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional (OPEB), colaborador da Fundação Perseu Abramo.

Reprodução Kamala Harris/X @KamalaHarris

DEFINIDOS OS CANDIDATOS, AGORA O JOGO É PARA VALER

A trajetória da nova candidata Kamala foi de surpreendente crescimento desde que foi indicada. Rapidamente, tornou-se o "novo" no processo eleitoral, mesmo sendo uma candidata de situação, de continuidade, mesmo sendo a atual vice-presidente

Por Adhemar S. Mineiro

O processo eleitoral dos EUA entra na sua fase de disputa direta a partir da convenção nacional do Partido Democrata nesta semana. Embora seja uma formalidade, já que os delegados que votam na convenção nem terão outra opção além da vice-presidente Kamala Harris, agora concorrendo para a presidência, e do governador de Minnesota Tim Walz, compondo a chapa como candidato à vice-presidência, esta é uma etapa importante. O processo convencional é importante nos EUA, em especial quando não há disputa (quando há disputa, acontece o que uma convenção existe para que aconteça, o debate e a deliberação sobre candidaturas, programas e outros temas) – uma gigantesca exposição de mídia dos candidatos durante o período da convenção, o que é fundamental para a campanha.

Esse processo por parte dos democratas já vem acontecendo desde que o candidato à reeleição, o presidente Joe Biden, retirou a sua candidatura, há cerca de um mês. Biden estava absolutamente imprensado politicamente quando o fez, em virtude do desempenho desastroso em um debate contra o candidato opositor Trump, poucos dias antes. Esse desempenho pareceu inclinar o pêndulo eleitoral, de uma eleição bastante equilibrada nos termômetros das pesquisas, em direção à candidatura

de Trump. O tiro na orelha de Trump e suas fotografias, pouco depois, e o processo da convenção do Partido Republicano, com a evidente exposição em mídia durante dias, reforçou um viés de crescimento absoluto da candidatura republicana, contra o qual mesmo o exercício da presidência pelo candidato Biden parecia fazer muito pouco efeito, e o rumo do processo eleitoral parecia definido. Até que em 21 de julho, Biden retirou a sua candidatura. E o rumo da prosa mudou mais uma vez.

A trajetória da nova candidata Kamala foi de surpreendente crescimento desde que foi indicada. Rapidamente, tornou-se o "novo" no processo eleitoral, mesmo sendo uma candidata de situação, de continuidade, mesmo sendo a atual vice-presidente. Aparentemente isso se deu pelo perfil da candidata. Ao contrário do presidente Biden, um senador de muitos mandatos, de mais de meio século de presença na política dos EUA, branco e anglo-saxão, cuja talvez única característica fora do esquadro tradicional dos EUA seja o fato de ser católico e não protestante, a figura de Kamala serviu para energizar o eleitorado negro, migrante, feminino – Kamala é mulher, filha de imigrantes, pai negro jamaicano, mãe indiana. E acirrar uma eleição que, apesar da rivalidade, parecia morna. O que é muito importante lá.

Nas eleições dos EUA não ganha quem tem mais votos. Ganha quem elege o maior número de delegados nos estados, delegados que são razoavelmente proporcionais às populações dos vários estados. Só para pegar um exemplo para ilustrar, nas eleições dos EUA em 2016, Hillary Clinton, do Partido Democrata, teve cerca de 66 milhões de votos, contra cerca de 63 milhões de seu oponente, Donald Trump, que acabou eleito. Isso porque Trump elegeu 304 delegados, e Hillary 227. Nos estados, em geral prevalece o esquema de quem ganha leva todos os delegados. Assim, ganhando vários estados pequenos, mesmo que apertado, um candidato pode ganhar as eleições perdendo no número de votos totais.

Em geral, os democratas ganham no litoral do Pacífico (que tem inclusive o estado mais populoso, a Califórnia) e no Nordeste dos EUA (onde está, por exemplo, Nova Iorque). Os republicanos ganham em geral nos estados do meio dos EUA (aí incluído, por exemplo, o também populoso Texas). Essa é uma realidade que se repete em cerca de quarenta estados daquele país. E existem uns poucos estados em que se dá de fato alguma disputa, conhecidos como "estados pêndulo", que podem ir para um lado ou para outro. Nesta eleição, se estima pelas pesquisas que cerca de sete estados possam decidir as eleições, são os estados em que deve haver disputa (Pensilvânia, Michigan, Wisconsin, Nevada, Arizona, Carolina do Norte e Geórgia). Esses estados concentram cerca de 95 delegados, e são fundamentais para a vitória.

Além disso, é fundamental, no jogo de equilíbrio atual dos EUA, que o candidato tenha uma base forte de suporte no Congresso, Câmara e Senado. Há algum tempo que a política nos EUA se move de forma polarizada e sem maioria clara nas casas legislativas. Essa foi a realidade por todo esse novo século, por exemplo. Assim, para ter alguma tranquilidade, é fundamental que o presidente eleito tenha um Congresso ao menos simpático às suas propostas.

Kamala foi capaz, em um primeiro momento, de mobilizar frações importantes do eleitorado, e reverter um quadro que parecia definido. Claro que há ainda um longo caminho até o começo de novembro, quando ocorrem as eleições. Mas o que parecia definido até um mês atrás mudou sensivelmente. Hoje é possível visualizar uma vitória democrata nos EUA, o que era quase impossível antes. Muda muita coisa? Vamos ter que ver. Mas só a defesa da democracia e a derrota de um discurso de extrema direita podem fazer valer a vitória democrata. Provavelmente, o mundo não fica melhor com Kamala, mas seguramente fica pior com Trump. Vale conferir nos próximos meses.

Economista, doutorando do PPGCTIA/UFRRJ, membro da Coordenação da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia-RJ e assessor da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

PALESTINA: A REAÇÃO NECESSÁRIA, POR KIERAN ALLEN

De acordo com pesquisas de opinião, 76% da população acredita que a União Europeia deveria impor sanções a Israel. Outra pesquisa mostrou que 71% das pessoas concordam que os palestinos vivem sob um sistema de apartheid implementado contra eles por Israel

Kieran Allen

A imensa maioria da população irlandesa apoia o povo da Palestina. A principal razão é o legado de resistência anticolonial ao domínio britânico. A Irlanda foi uma das primeiras colônias a iniciar uma luta de libertação nacional contra o império e forçá-lo a recuar. A resposta britânica foi dividir a Irlanda e, até hoje, eles permanecem no controle de seis condados na Irlanda do Norte.

O apoio à luta palestina é evidente de várias formas. De acordo com pesquisas de opinião, 76% da população acredita que a União Europeia deveria impor sanções a Israel. Outra pesquisa mostrou que 71% das pessoas concordam que os palestinos vivem sob um sistema de apartheid implementado contra eles por Israel.

Essa simpatia ficou evidente no tradicional festival de música do verão, o Electric Picnic. O festival reúne 75 mil pessoas em três dias de evento. Quando a banda The Wolfe Tones, tocando para um público de 55 mil pessoas, pediu que aqueles que apoiassem a Palestina levantassem as mãos, alguns poucos se recusaram a fazê-lo. Outras renomadas bandas irlandesas apresentaram-se com uma bandeira da Palestina pendurada no fundo do palco.

Esse apoio, entretanto, representa um dilema para o atual governo do país. Os governos irlandeses – que há 100 anos são formados por dois partidos quase idênticos, Fianna Fáil e Fine Gael – têm sido tradicionalmente alguns dos mais ativos apoiadores dos Estados Unidos da América e das corporações americanas, apesar de adotarem uma pretensão de neutralidade.

O governo abriu o segundo principal aeroporto do país, o Aeroporto de Shannon, para os militares dos EUA e dezenas de milhares de tropas americanas passam por lá todos os anos. As autoridades irlandesas recusam-se a inspecionar as aeronaves, apesar dos relatos de que o aeroporto foi usado como ponto de trânsito para levar prisioneiros para Guantánamo.

Dentro dos conselhos da UE, o governo irlandês faz lobby para grandes empresas de tecnologia americanas que têm base na Irlanda, que funciona como um grande paraíso fiscal para essas corporações e, como resultado, elas instalam-se no país. Hoje, cerca de 10% da força de trabalho irlandesa é empregada por multinacionais, principalmente americanas.

Os EUA continuam sendo os principais apoiadores da campanha assassina de Israel. Tanto Joe Biden quanto Kamala Harris prometeram apoio 'inabalável' a Israel, sendo Trump igualmente comprometido com seu apoio. A campanha de genocídio de Israel não poderia prosseguir sem o fornecimento constante de bombas e armamentos que saem dos EUA, o que ajuda o país a manter sua política de 'superioridade qualitativa' sobre seus vizinhos na região.

Portanto, o governo irlandês está preso entre o apoio popular à Palestina e seu próprio compromisso com a aliança imperialista ocidental, liderada pelos EUA. Sua solução é engajar-se em condenações retóricas a Israel e ações simbólicas para depois, muito provavelmente, ter que se explicar à embaixada dos EUA que o faz por 'razões políticas'. O governo irlandês não adotará nenhuma medida que minimamente afete Israel ou que realmente aborreça os EUA.

Esse comportamento explica por que a Irlanda, junto com Espanha e Noruega, reconheceu oficialmente o Estado da Palestina. Explica por que o Ministro das Relações Exteriores da Irlanda pediu à UE para 'reconsiderar' por que a Israel é permitido fazer parte de um acordo comercial conhecido como Parceria do Mediterrâneo da UE. No entanto, se avançarmos além desse tipo de simbolismo de relações públicas, encontramos uma história diferente. Vejamos alguns exemplos da lacuna entre retórica e ação.

Desde o início do mais recente capítulo da guerra de Israel contra o povo palestino, o governo irlandês se recusou a expulsar o embaixador israelense. Os principais partidos políticos de direita se opõem a qualquer proposta de conselhos e instituições locais de boicotar Israel.

O parlamento irlandês foi aberto para os EUA enquanto eles realizavam uma viagem de lazer ao país. Um avião de carga operado por Israel sobrevoou três vezes o espaço aéreo soberano irlandês a caminho dos EUA para coletar armamentos das Forças de Defesa de Israel (IDF). O exército irlandês fará a aquisição de drones – e provavelmente os contratos serão firmados com uma empresa de vigilância israelense.

Essa lacuna entre a retórica e a prática está motivando o movimento de solidariedade à Palestina a continuar engajado em protestos. A esperança é que os partidos de direita que jogam esse jogo duplo possam ser retirados do poder nas próximas eleições gerais.

Kieran Allen é Secretário Nacional do partido People Before Profit

23 de agosto 1963

'EU TENHO UM SONHO', CLAMA LUTHER KING

Wikimedia Commons

"Eu tenho um sonho hoje", discursa o ativista negro Martin Luther King a uma multidão de compatriotas, negros e brancos, que encerram a Marcha para Washington, num gigantesco comício diante do simbólico monumento ao presidente abolicionista Abraham Lincoln.

"Eu tenho um sonho de que um dia, no Alabama, meninos negros e meninas negras poderão unir as mãos com meninos brancos e meninas brancas como irmãos e irmãs". O pronunciamento do pastor sensibilizaria os Estados Unidos e o mundo para a questão racial norte-americana, impulsionando o movimento pelos direitos civis num país ainda manchado por leis estaduais segregacionistas.

Nos estados do sul dos EUA ainda vigoravam as chamadas Leis Jim Crow, criadas em 1876. Elas designavam os espaços públicos e escolas que poderiam ser frequentados por negros.

Apesar desse sistema que tratava os negros como cidadãos de segunda classe e da violência – espancamentos, prisões arbitrárias, incêndios criminosos, ameaças e assassinatos – que esses cidadãos enfrentavam cotidianamente, Luther King não aprovava uma reação nos mesmos moldes, mas defendia estratégias de não violência, com o intuito de atrair a opinião pública.

A questão racial passou a mobilizar o país principalmente após a prisão de Rosa Parks em Montgomery (Alabama). Em 1° de dezembro de 1955, ela se recusara a ceder seu lugar no ônibus a um passageiro branco – ato que foi um marco para o movimento antirracista nos Estados Unidos. Em resposta à prisão, a população negra promovera um boicote à empresa de transporte público, que durou 381 dias.

Os confrontos se seguiram. Em 1957, Luther King havia criado a Confederação de Lideranças Cristãs do Sul (SCLC, do nome em inglês) e passara a liderar um movimento pelos direitos civis dos negros. Ele defendia uma estratégia de resistência pacífica, com o boicote a empresas e governos que compactuavam com as leis discriminatórias.

De todos os estados, o Alabama era o mais segregacionista. O próprio presidente John Kennedy chegara a se declarar "enojado" com imagens que mostravam cães da polícia atacando crianças negras. O próprio Luther King fora preso em uma visita a Birmingham, ficando oito dias incomunicável, e só fora solto após a intervenção de Kennedy e seu envolvimento com a causa dos direitos civis.

A luta por leis nacionais que garantissem o fim das leis segregacionistas estaduais ganharia o apoio do presidente democrata, que proporia uma lei de direitos civis. Kennedy seria assassinado logo depois, antes de vê-la aprovada, em 1964.

Luther King, que mais tarde receberia o Prêmio Nobel da Paz, também seria morto a tiros, em 1968, por extremistas.

CEDOC/CUT

28 de agosto 1983

COMBATIVA E AUTÔNOMA, CUT NASCE PELA BASE

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora aprova a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a primeira central sindical criada após o golpe de 1964 e a primeira no país a ser lançada pela base. Reunidos por três dias em São Bernardo do Campo (SP), na antiga sede da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 5.059 delegados de 912 entidades sindicais elegem a primeira direção provisória da entidade, com mandato de um ano, tendo como presidente Jair Meneghelli, metalúrgico de São Bernardo.

A fundação da CUT ocorreu dois anos depois de ter sido aprovada na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Ao longo desse período, houve intensa disputa entre as correntes sindicais ligadas ao PT e os dirigentes ligados ao PCB, PCdoB e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que eram contrários à criação de uma central independente da estrutura oficial de sindicatos e confederações. Esses grupos integraram a CUT por um curto período. Em 1986, fundariam a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

O impasse na criação da entidade foi rompido no momento em que o governo do general presidente João Baptista Figueiredo tentava implantar um arrocho salarial tão duro quanto o que foi imposto pelo primeiro general da ditadura, Castelo Branco. Sindicatos das duas correntes participaram da greve geral de protesto, em 21 de julho.

A primeira reivindicação da CUT foi a retirada do Decreto-Lei 2.045, em tramitação no Congresso Nacional, que limitava os reajustes salariais a 80% do índice de inflação do período. O congresso de fundação aprovou também a luta pelo cancelamento dos acordos com o FMI, contra as intervenções nos sindicatos (como os de petroleiros e bancários de São Paulo) e pela reforma agrária.

A criação da CUT foi um desafio à legislação sindical, que proibia a organização dos trabalhadores de diferentes categorias numa só entidade. Mesmo não sendo "única", a CUT foi desde o princípio a maior central sindical brasileira e tornou-se a maior da América Latina. A primeira direção executiva era formada por:

- Jair Meneghelli – Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP)
- Paulo Paim – Metalúrgicos Canoas (RS)
- João Paulo Pires de Vasconcelos – Metalúrgicos de João Monlevade (MG)
- Jacó Bittar – Petroleiros de Campinas(SP)
- Abdias dos Santos – Metalúrgicos de Niterói (RJ)
- José Novaes – Rurais de Vitória da Conquista (BA)
- Avelino Ganzer – Rurais de Santarém (PA)

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br